

MORROS E MANGUEZAIS

Terreno em São Pedro fica mais caro que na Ilha do Boi

Se a PMV, ao invés de urbanizar com toda a infraestrutura os mangues da área do contorno da cidade, comprar um lote na Ilha do Boi ou Mata da Praia para cada família daquele local irá economizar considerável quantia para o município, além de melhorar as condições de vida dos moradores e promover a preservação dos mangues.

A afirmação foi feita pelo secretário de Obras, Humberto Vello, ao informar que as conclusões foram tiradas considerando-se os gastos que Vitória teve no bairro São Pedro I devido ao alto custo dos aterros e dificuldade de implantação de infraestrutura na região.

Para efeito de comparação, o secretário citou que, tomando-se por base o metro cúbico de aterro que custa hoje em torno de Cr\$ 35 mil e a necessidade média de dois metros cúbicos de aterro por metro quadrado de terreno, resulta num custo de Cr\$ 70 mil o metro quadrado. Acrescendo-se o custo das demais infra-estruturas, o valor triplica atingindo aproximadamente Cr\$ 200 mil. Na Ilha do Boi, continuou, um dos mais caros da cidade, o metro quadrado



Nova Palestina, mais um bairro nascido do mangue

do terreno — já urbanizado — está em Cr\$ 150 mil e em Jardim Camburi Cr\$ 70 mil.

Vello frisou que a Prefeitura precisa fazer um programa habitacional considerando todos esses custos e levando em consideração o aspecto social da questão. Além disso, colocou que a manutenção das obras de infraestrutura nos mangues fica mais cara dada a baixa condição de suporte do terreno.

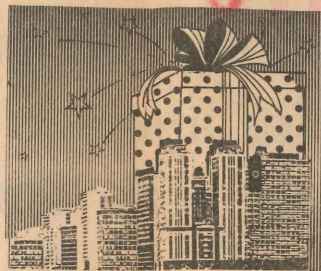
O bairro de Maria Ortiz, antigo lixão da cidade, vem sendo urbanizado através do programa Cidade de Porte Médio (CPM) recebendo serviços de esgoto, drenagem, pavimentação, lotes urbanizados, iluminação pública, cons-

Foto de José A. Magnago

“Vamos resolver o problema das encostas mas, antes, é preciso levantar a situação”

Hermes Laranja,
dezembro 85

Foto de José A. Magnago

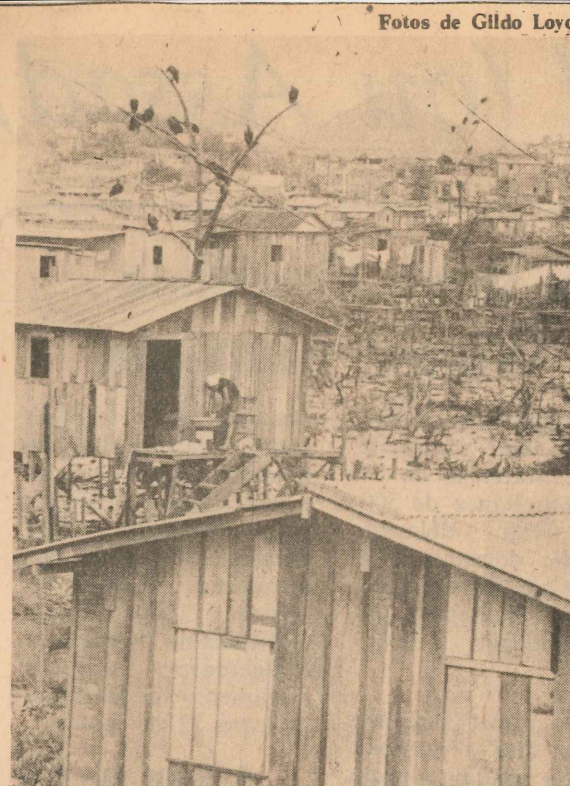


atingir os seus barracos. Essa, inclusive, é uma das principais preocupações daquela comunidade, uma vez que grande parte da madeira que serve de caminho está podre e a população não tem dinheiro para fazer os reparos necessários. Os acidentes são constantes e várias pessoas já caíram no mangue. Antônio Donato Ferreira, uma delas, está há um mês sem poder trabalhar, em função de uma queda no mangue onde furou o pé com um toco de madeira. A recuperação é lenta e sua esposa, que trabalha como servente num colégio da Prefeitura, é que tem provido o sustento da casa com o seu magro salário.

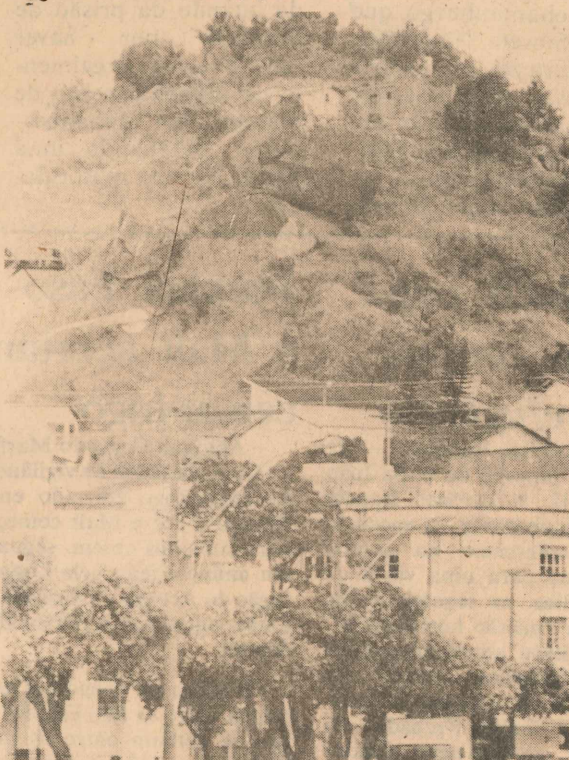
O movimento comunitário não tem sede própria e somente no último ano os moradores foram beneficiados com um serviço de iluminação pública e abastecimento de água. A principal reivindicação dos moradores hoje é o aterro — para que saiam da lama e evitem o perigo constante das quedas na passarela. A implantação de uma rede de esgoto no local, também é considerada prioridade pela comunidade para minimizar o problema do mau cheiro e das doenças na região.

Foto de Gildo Loyola

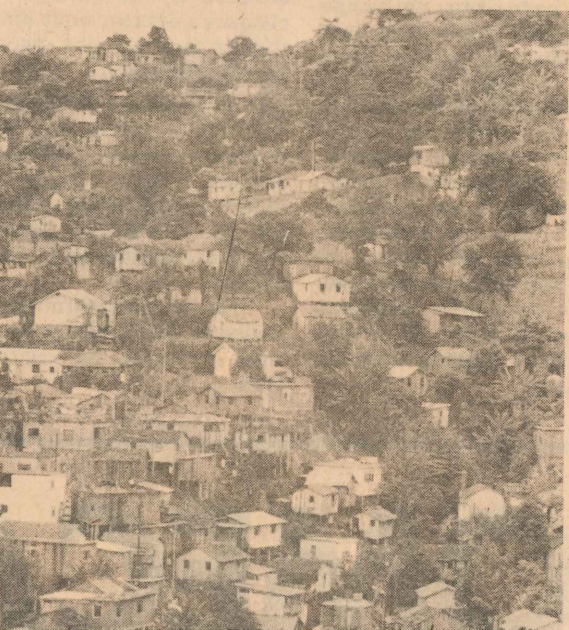
Invasão dos manguezais traz perigo para a cidade



Aterro em São Pedro, gastos elevadíssimos



Em Jucutuquara, muitas pedras ameaçam rolar



Com a chuva, volta a ameaça

O medo de uma nova tragédia continua sendo elemento constante entre os sobreviventes do morro do Macaco, no bairro Tabuazeiro, onde, há um ano, dezenas de pessoas morreram soterradas em virtude do deslizamento de pedras. As marcas daquela noite de 15 de janeiro, quando aconteceu o acidente, permanecem vivas no morro e quem ficou morando no local enfrenta intenso pesadelo toda vez que chove.

Dona Miralva Aquino dos Reis, 28 anos, três filhos, teve a casa bastante danificada por estilhaços de pedras que rolaram naquele dia. Milagrosamente, entretanto, todos escaparam ilesos da tragédia. Após quatro meses, retornaram ao local, depois de refazer os danos causados na casa, de alvenaria, encravada a poucos metros de distância de onde ocorreu o deslizamento.

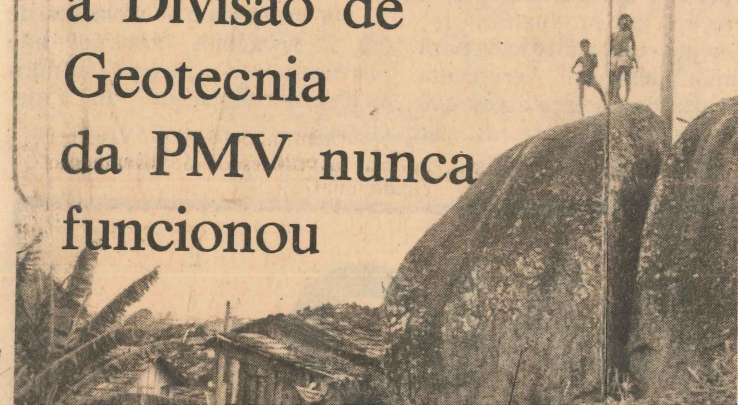
Os engenheiros da Prefeitura de Vitória, garantiram ao marido de dona Miralva, Daniel Geraldo dos Reis, pedreiro — e que se encontrava na Bahia na noite da tragédia — que o local é seguro. Todavia, assistentes sociais da municipalidade estiveram no morro e disseram que a área ainda representa perigo e desaconselharam o retorno à moradia. “Nós voltamos a morar aqui, porque não aguentávamos pagar aluguel e esta casa é de nossa propriedade”, explicou Miralva.

A casa de dona Miralva teve o telhado praticamente destruído, e uma das paredes foi atingida pela queda do barraco onde morava a cunhada, Maria dos Reis, que nada sofreu. Os prejuízos não ficaram só nisso, pois dois reservatórios de água foram destruídos e o aparelho de televisão queimou.

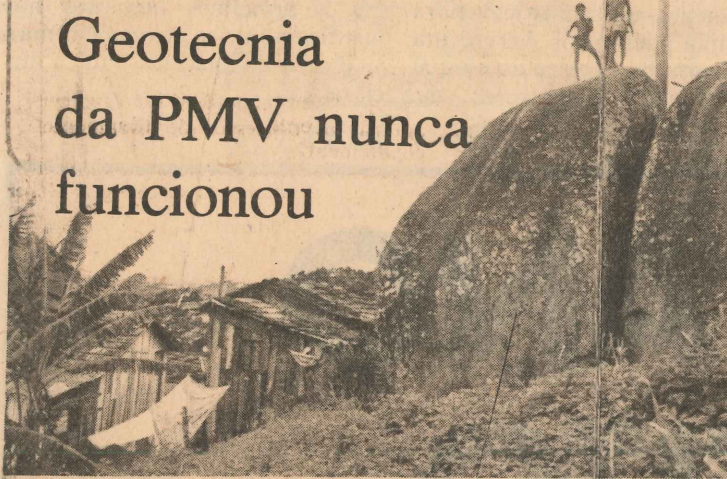
A maioria dos sobreviventes da tragédia do morro do Macaco foi alojada no conjunto residencial Pedro Feu Rosa, no município da Serra, onde ainda permanece. Mas, dona Miralva e o marido resolveram consertar novamente a casa e retornar a ela, passados quatro meses. “Medo de continuar aqui acho que não tenho. Prefiro acreditar nas obras que foram feitas para contenção das pedras. Entretanto, só Deus sabe se novas pedras irão rolar um dia”.

Embora goste de morar no morro do Macaco, dona Miralva disse que se a Prefeitura de Vitória indenizasse o imóvel onde mora, sairia do local para

Criada em 84, a Divisão de Geotecnia da PMV nunca funcionou



Geotecnia da PMV nunca funcionou



Falta verba para encostas

A Prefeitura de Vitória não possui um levantamento das áreas que oferecem risco de deslizamento na cidade. A informação é do secretário de Obras, Humberto Vello, ao frisar a necessidade de se criar um plano diretor de macrodrenagem e contenção de encostas com a finalidade de se definir essas regiões e estabelecer uma política de atendimento. Enquanto a prefeitura alega não ter recursos para contratar técnicos que executem esse serviço, o Estado tenta junto ao governo federal conseguir verba para aplicar nos trabalhos de contenção e drenagens pluviais.

Vello explicou que a divisão de Geotecnia — criada quando da tragédia de Tabuazeiro — não foi efetivada devido à impossibilidade de contratação de técnicos especializados nestas áreas, em função dos baixos salários oferecidos pela PMV. Segundo ele, a incorporação desse pessoal nos quadros da prefeitura acarretaria uma alteração de toda a tabela funcional, uma vez que ela teria que pagar o mesmo salário aos técnicos de nível semelhante.

A alternativa, conforme disse, seria a contratação de uma firma especializada. O Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) propôs a elaboração de um estudo nesse sentido cujo custo, no início do ano passado, tinha o valor de Cr\$ 2,5 bilhões. A prefeitura tentou conseguir verba junto ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, mas até o momento não recebeu resposta.

Durante todo o ano, a prefeitura realizou obras emergenciais em alguns pontos de Vitória, onde já era iminente o processo de deslizamento. Nesses serviços, foram investidos, com recursos próprios da PMV, em torno de Cr\$ 2 bilhões. Entre as áreas beneficiadas estão os morros de São Benedito, Santo Antônio, Macaco, Cruzamento, Santa Marta, Jaburu, Moscoso, Fonte Grande e Jesus de Nazaré.

Para 86, Vello disse que o órgão possui alocados Cr\$ 2 bilhões, mas frisou que essa verba é insuficiente para os serviços que devem ser feitos na cidade. Além disso, colocou que é fundamental a existência de um plano diretor para que o trabalho seja ordenado.

A invasão nos morros, de acordo com o secretário, é um sério problema social e habitacional. Ele defende a implantação de um plano de assentamento das famílias pela PMV, explicando a existência de morros que oferecem perigo e precisam ser desabitados e, muitas vezes, o custo de contenção nesses locais é maior do que a transferência e instalação dessas pessoas em áreas que oferecem melhores condições de vida. Nesse caso, afirma ser melhor a evacuação e

que se deixe a vegetação se recuperar.

O plano diretor, explicou — se implantado — determinará quais as áreas a serem evacuadas e as que necessitam ser contidas. Além disso, o serviço de macrodrenagem evitaria que as águas provenientes das chuvas ocasionassem a erosão nos pontos de base das rochas e, conseqüentemente, seus deslizamentos. Porém, o município não tem recurso para implantar esse serviço e a solução é o repasse de verba pelo governo federal ou a implantação da reforma tributária com maior autonomia aos municípios.

No dia 15 de janeiro do ano passado, o deslizamento de pedras no morro do Macaco, em Vitória, causou a morte de 40 pessoas e deixou mais de 100 famílias desabrigadas. Hoje, o governo do Estado ainda tenta viabilizar recursos junto ao BNI para a construção do conjunto habitacional, André Carloni II, para os sobreviventes da tragédia que estão instalados no conjunto Pedro Feu Fosa, na Serra.

Segundo o secretário interino de Ação Social, José Marques Porto, o governo, através da Cohab, está pedindo a transferência dos recursos do Promorar — destinados a realização de infra estrutura na segunda etapa de Itanhenga, em Cariacica — para viabilização do conjunto André Carloni II.

Pelo projeto, as casas seriam construídas em mutirão, numa área de aproximadamente 75 mil metros quadrados à margem esquerda da rodovia do contorno de Vitória no sentido Carapina Cariacica. Há uma previsão de 450 unidades, das quais aproximadamente 200 serão destinadas às famílias de Tabuazeiro, cadastradas pela Secretaria de Ação Social. Do conjunto de propostas apresentadas àqueles moradores, essa foi a única por eles aceita por que o local fica próximo a Vitória e ao mercado de trabalho informal — fonte de renda da maioria dessas famílias.

O presidente da Cohab-ES afirmou, entretanto, que não há nada definido e que o projeto ainda não possui data para ser efetivado. "A única informação que posso dar é que o André Carloni II será construído para atender os flagelados de Vitória, com recursos do BNI e do Estado para infra estrutura da área", disse.

Além do constante medo dos moradores de que a tragédia no morro do Macaco possa se repetir, existe a preocupação com a melhoria dos acessos que, quase sempre, oferecem muito perigo. O morro de Jucutuquara, por exemplo, possui diversas travessias perigosas, onde os barracos ficam muito próximos às ribanceiras, deixando somente um estreito caminho para o trânsito dos moradores que passam se equilibrando

manguezais traz perigo para a cidade



Biólogos fazem advertência

Projeto que vem sendo desenvolvido há dois anos por biólogos de diversas entidades ligadas ao setor identificou que o manguezal pertencente ao município de Vitória está em péssimas condições devido ao desmatamento, aterros, lixo e esgoto decorrentes das invasões nessas áreas. As áreas mais precárias do ponto de vista ecológico estão compreendidas entre o bairro de Santo Antônio e o aterro feito pela pedreira Rio Doce — próximo à Joana D'Arc, encampando toda a Grande São Pedro.

Tendo em vista que não se tinha nenhum estudo a respeito, os biólogos efetuaram um levantamento das condições ambientais destes manguezais e fizeram um convênio de cooperação entre os diversos órgãos interessados: Ufes, Secretaria da Saúde (Sesa), Instituto de Terras e Cartografia, Secretaria da Agricultura e Serviço de Patrimônio da União (SPU).

As biólogas Maria da Glória Brito Abaurre, coordenadora do projeto pela Sesa, e Tânia Maria Simões do Carmo, coordenadora pela Ufes, afirmam que apesar das precárias condições dos manguezais, na maioria dessas áreas, existe ainda uma franja de manguezal que garante a sobrevivência da fauna e flora típicas desse ambiente.

Elas garantem que caso o governo desenvolva uma política habitacional transferindo a população carente para outras áreas, com melhores condições de vida, o manguezal, mesmo desmatado, tem possibilidade de se recuperar.

Pelas análises preliminares realizadas até o momento na água do canal e no sururu — na altura dos bairros Maria Ortiz e da Grande São Pedro

— os níveis de contaminação apresentaram-se muito elevados, tornando os animais impróprios para consumo. Segundo as biólogas, é preciso que se tome providências o quanto antes, uma vez que já se verificou que em outros pontos do mundo a destruição dos manguezais acarretou uma diminuição da piscosidade do mar. Elas explicam que 2/3 dos animais aquáticos (rios e mares) dependem direta ou indiretamente do manguezal para se alimentar, reproduzir ou crescer.

O objetivo principal dos biólogos envolvidos no projeto é, apoiado nos conhecimentos das condições ambientais do manguezal da baía de Vitória, ter argumentos para propor a preservação permanente de fato de uma área desse manguezal para que seja garantida a sobrevivência das espécies animais e vegetais desse ambiente. "O mangue da baía de Vitória é um berçário porque nele se desenvolvem filhotes de mariscos, peixes e crustáceos. É fonte de alimento porque produz matéria orgânica que enriquece as suas águas e o mar da região costeira".

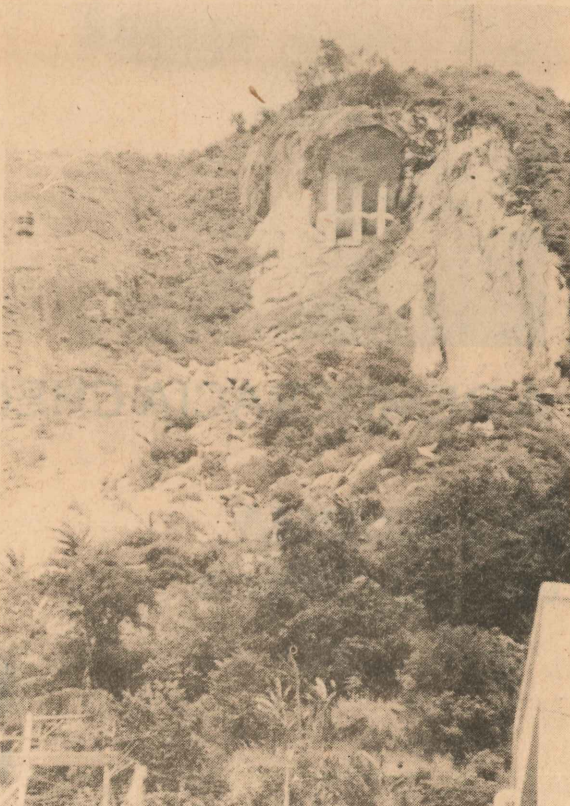
Um segundo objetivo, é dar subsídios aos órgãos técnicos do governo para que se trace uma política de preservação e aproveitamento racional dessas áreas. Para tanto, já está sendo desenvolvido pela sub-Reitoria de Extensão da Ufes — com a participação de alunos e professores — atividades de conscientização tanto da população quanto dos alunos de primeiro grau dos bairros sobre a importância desse ecossistema. Os participantes editaram uma cartilha ABC do Mangue, com uma linguagem bem acessível e que está sendo distribuída nas escolas desses bairros.



No morro do Romão, também existe muito perigo



O acesso é difícil ao morro de Jucutuquara



O morro do Macaco ainda causa preocupação

novamente a casa e retornar a ela, passados quatro meses. "Medo de continuar aqui acho que não tenho. Prefiro acreditar nas obras que foram feitas para contenção das pedras. Entretanto, só Deus sabe se novas pedras irão rolar um dia".

Embora goste de morar no morro do Macaco, dona Miralva disse que se a Prefeitura de Vitória indenizasse o imóvel onde mora, sairia do local para outro com maior segurança. "Quiseram levar a gente para o conjunto André Carloni, mas não gosto de morar em conjunto. A gente tem que ter o direito de escolher onde quer viver".

A casa de dona Miralva e várias outras ficam situadas poucos metros abaixo de onde houve o deslizamento de pedras. As rochas que representavam maiores riscos de rolar foram contidas, através de cinturões de concreto armado. Apesar disso, os moradores que tiveram suas moradias destruídas ainda não receberam autorização para voltar ao local, numa demonstração de que a área permanece insegura.

PIEDADE

No morro da Piedade, a situação não é muito diferente em relação ao morro do Macaco, já que várias pedras são motivo de constante temor por parte dos moradores do local. Ali, Antônia Luiz Ribeiro da Silva, 29 anos, solteira, confessou que não consegue dormir em noites chuvosas, com medo de seu barraco cair ou ser vítima de um deslizamento de pedras.

Antônia Luiza mudou-se para o morro da Piedade há cerca de um ano, após construir seu barraco nas proximidades de onde mora a mãe, Guiomar Conceição Santos, e a avó, Maria Luiza Conceição, de 86 anos. Há 3 meses, no entanto, teve o primeiro problema concreto de segurança, pois uma pedra de aproximadamente cinco toneladas apresentou uma rachadura e ameaçava rolar sobre seu barraco. A Prefeitura de Vitória foi solicitada a adotar providências e fez o escoramento da pedra.

Apesar das providências adotadas pela municipalidade, Antônia Luiz confessou que vive um constante pesadelo no local. A terra que sustenta o barraco vem sendo removida pela erosão das chuvas e isso faz com que se sinta insegura. No barraco onde mora dona Guiomar Conceição Santos, uma pedra de várias toneladas apresenta rachadura e tirou a tranquilidade da família.